



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ALUNOS SURDOS USUÁRIOS DE IMPLANTE COCLEAR EM SALA DE AULA¹

Eva Vilma Navegantes da Silva²

Universidade Federal do Rio de Janeiro

e-mail: prof.evanavegantes@gmail.com

Celeste Azulay Kelman³

Universidade Federal do Rio de Janeiro

e-mail: celeste@kelman.com.br

Resumo

A escola faz parte de um processo mediado por vertentes ideológicas que se entrecruzam e procuram orientar regras e até costumes de determinada sociedade. Nesse sentido, a educação de pessoas surdas segue a mesma lógica, criando valores e padrões que vêm sendo questionados por estudiosos do assunto e pelas próprias comunidades surdas. Partindo de algumas experiências como e com professoras da área da educação especial, podemos dizer que a educação de pessoas surdas vem progredindo em decorrência das políticas públicas educacionais, linguísticas e inclusivas. Porém, a biotecnologia trouxe nas últimas décadas uma nova possibilidade de ser surdo, com o advento da cirurgia de implante coclear. Essa cirurgia é oferecida nacionalmente pelo Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é pesquisar a educação de alunos surdos com implante coclear. Esse estudo parte da experiência docente na educação de surdos implantados em um instituto especializado em surdez, relatando⁴ cinco casos observados entre os anos de 2011 até o primeiro semestre de 2015. Resultados preliminares corroboram com o que outras pesquisas na área têm apontado como a importância das línguas de sinais para os surdos, inclusive os implantados e a necessidade de apoio ao professor, entre outras questões.

Palavras-chave: Surdez, Implante coclear, Educação de surdos, Experiência docente.

¹ Essa pesquisa faz parte de uma pesquisa maior de dissertação de mestrado da primeira autora.

² Mestranda e bolsista CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino superior

³ Doutora em Psicologia, orientadora da primeira autora. É professora associada da Faculdade de Educação – UFRJ.

⁴ Esses relatos foram frutos da experiência vivida pela primeira pesquisadora no Instituto Felipe Smaldone, especializado em surdez, na cidade de Belém/Pará.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Introdução

A educação de pessoas surdas no Brasil tem ganhado destaque nas últimas décadas, principalmente no que se refere a aspectos educacionais, linguísticos e biotecnológicos. Os surdos brasileiros têm participado do processo de decisões políticas e sociais que envolvem a sua comunidade e, paralelamente, muitos estudos na área da educação têm sido realizados com vistas à garantia de direitos e aperfeiçoamento da educação e inclusão dos mesmos (KELMAN, 2011; LACERDA, 2013; REZENDE, 2010, entre outros). No mesmo sentido, a tecnologia assistiva vem inovando os aparelhos de amplificação sonora, assim como implantes de última geração para possibilitar às pessoas surdas o acesso às sensações auditivas. Um bom exemplo disso é o implante coclear⁵.

O IC existe há quase quatro décadas no Brasil. É basicamente a possibilidade de estimular o nervo acústico de pessoas com surdez profunda, que não obtém ajuda de aparelhos de surdez convencionais, a partir da introdução de eletrodos na orelha interna, no caso a cóclea. O implante coclear é um processo cirúrgico, voltado à pessoa surda, onde o objetivo é aproximar ao máximo a pessoa da condição ouvinte. Esse processo é extremamente caro, e para seu perfeito funcionamento, deve obedecer a uma série de requisitos médicos, orgânicos e fisiológicos, sociais e financeiros.

A pessoa surda submetida ao IC não deixa de ser surda, mas passa a apresentar condições de perceber os sons da fala. Como definição do que seja um implante coclear, Fornazari (2008) diz que:

O Implante coclear é um dispositivo eletrônico inserido cirurgicamente na cóclea de portadores de disacusia sensorial severa e profunda bilateral, com o objetivo de estimular eletricamente as fibras do nervo auditivo de forma a substituir a função da cóclea. Apesar de ser um procedimento da área médica o impacto na área educacional é de grande relevância (p.9).

O primeiro IC no Brasil foi realizado em 1977 pelo Dr. Pedro Luiz Mangabeira, em Bauru/SP. Mas a ideia de implantar eletrodos na orelha para tentar possibilitar a percepção auditiva existe desde 1800, quando o engenheiro elétrico italiano Alessandro Volta, colocou em uma de suas orelhas um eletrodo conectado por um conjunto de pilhas, onde pode

⁵ Será referido por IC.



descrever o barulho e o choque que levou antes de desmaiar. “Ele inseriu bastões de metal em seus meatos acústicos e ligou-os a um circuito contendo 30 ou 40 de suas pilhas eletrolíticas, que acabara de inventar” (LASMAR; SELIGMAN, 2004, p. 127). Volta comparou a sensação obtida a um soco na cabeça seguido de um som semelhante ao de um líquido em ebulição.

Daí em diante a ideia do IC foi esquecida por algum tempo, voltando a ser o centro das atenções a partir de 1925. Os avanços modernos no implante coclear foram iniciados em 1960, por grupos de otorrinolaringologistas e engenheiros na França, Alemanha, Áustria e Estados Unidos (LASMAR; SELIGMAN, 2004).

Em 1972, Ugo Fisch realizou em Zurich o II Curso Internacional de Microcirurgia Transtemporal do Meato Acústico Interno. Após a reunião científica, um pequeno grupo de participantes reuniu-se na cidade de Bürgenstock, entre eles, o brasileiro Pedro Luiz Mangabeira Albernaz e o americano William House. Dr. House mostrou aos colegas médicos, um filme sobre a realização de um implante coclear e as etapas de reabilitação do paciente, tornando este um momento decisivo para chamar a atenção da Escola Paulista de Medicina (LASMAR; SELIGMAN, 2004).

Segundo Carvalho (*et al* 2013), o implante coclear foi um dos progressos mais importantes da otorrinolaringologia nos últimos anos. E junto a esta descoberta veio uma série de questões a respeito do Ser surdo, como sua cultura, sua forma de conceber o mundo, sua forma de se expressar, inclusive, qual forma de educação este deve receber.

Diante da evolução tanto na concepção da educação para surdos, quanto das tecnologias assistivas, questionamos: De que forma as línguas de sinais podem ser importantes para a pessoa surda com IC? Como tem se dado a relação entre família e aluno surdo com IC? Como potencializar a função do IC na escola? Existem diferenças entre alunos surdos e alunos surdos com IC? Essa pesquisa vem sendo realizada no Instituto Felipe Smaldone, em Belém/Pará, sendo que este artigo traz resultados preliminares do período compreendido entre 2011 até o primeiro semestre de 2015. Os dados parciais foram obtidos por observação de campo e por análise de pareceres e fichas avaliativas preenchidos pelas professoras envolvidas e pela equipe técnica do instituto. Tem por objetivo trazer dados que possam descrever a realidade escolar das crianças surdas que usam IC, assim como as



questões que permeiam esse processo, possibilitando assim, um pouco mais de conhecimento e reflexão sobre esse tema, na intenção de colaborar com pesquisas já realizadas na área.

Implantar ou não implantar?

Essa decisão é extremamente complexa e envolve questões de bioética, uma vez que os pais, na maioria ouvintes, decidem pelo seu filho surdo, menor de idade. Depois de ouvir por anos pais ouvintes de filhos surdos e pais surdos de filhos surdos, além de “ouvir” os próprios surdos e suas diversas formas de conceber a ideia do IC, pesquisadores apontam caminhos diversos com propostas que vão desde a educação em Libras⁶ ou uma educação bilíngue até o que já foi chamado como a ouvintização⁷ do seu filho surdo (SKLIAR, 1999). Uma preocupação que se apresenta discute o lugar cultural que este surdo vai ocupar (REZENDE, 2010). Qual identidade ele irá assumir?

Muitos pais e os próprios surdos com ou sem IC relatam a importância de identificar-se com seus pares surdos. Isto implica na questão cultural que perpassa as comunidades ouvintes, assim como as comunidades surdas, onde estão em jogo valores, afinidades, e demais interesses. E, segundo relatos⁸, é principalmente na fase escolar e na adolescência que estes mundos se chocam, se encontram e se reconstruem. É onde começam os conflitos que as famílias queriam tanto evitar ao decidir pelo IC.

Apesar de todos esses vieses, a decisão de implantar ou não um filho surdo perpassa por outras questões como a visão de mundo dos pais, a inserção cultural e a própria forma de conceber a surdez. A preocupação não está no fato de ser surdo ou “deixar” de ser, mas no fato de que, após o IC, o aluno surdo precisará de atenção especial, com metodologias adequadas que ainda se encontram em desenvolvimento. e em plena descoberta pedagógica, posto que as opções são múltiplas. Não há uma única resposta, pois o processo de desenvolvimento é multideterminado. Desta forma, cada criança que for implantada vai se desenvolver de maneira singular, em função da idade em que fez o IC ou das terapias com

⁶ Língua brasileira de sinais.

⁷ Práticas oralistas constituem-se na forma institucionalizada do ouvintismo. A “ouvintização”, que, segundo a concepção de Skliar (1999, p. 7) sugere “uma forma particular e específica de colonização dos ouvintes sobre os surdos.

⁸ Alguns desses tipos de relatos podem ser vistos em documentários como “A travessia do silêncio” de 2004, dirigido pela premiada jornalista Dorrit Harazim. Disponível em: <http://culturasurda.net/2013/11/28/travessia-do-silencio/>



fonoaudiólogos, por exemplo. Na escola, outras variáveis influenciarão o sucesso do desenvolvimento da linguagem e a inclusão deste aluno no sistema.

“O aluno surdo com IC já ouve tudo, agora vai aprender melhor”

Essa frase é bastante ouvida pelos corredores de escolas, nas conversas entre pais e/ou professores leigos, porém, as coisas não são bem assim. O IC precisa de um acompanhamento sério e ininterrupto para seu bom funcionamento! E o aluno surdo, quando não aprende, é porque as metodologias de ensino não se adequam à limitação auditiva.

A questão que se apresenta é que muitos pais querem fazer o IC em seu filho por uma questão cultural, ou seja, a imposição cultural ouvinte em detrimento da surda. Isso parece óbvio, posto que na maioria das vezes, as crianças surdas pertencem a famílias ouvintes. Os pais buscam romper a barreira da comunicação. Outra questão, não menos importante, é o fato de que muitos profissionais - das áreas da educação ou da área médica - acreditam que a criança surda não aprende com facilidade porque não ouve. Aliás, pelo que podemos observar, esse é um pensamento muito comum. No entanto, não somos capazes de perceber que a educação comumente instituída é basicamente oral e oferecida, predominantemente, na língua portuguesa.

Dessa forma, fica difícil para os surdos se beneficiarem da educação vigente, posto que, a comunicação entre eles ocorre de uma forma viso-espacial. E a Libras é, antes mesmo de ser oficializada como a língua pela qual a instrução acadêmica deve ser oferecida aos alunos surdos (Lei 10.436/2002 e o Decreto 5626), a que mais atende a forma de expressão surda. Definitivamente o problema não está no aluno surdo, mas na forma engessada na qual o sistema educacional e toda a sociedade envolvida está submetida.

A aquisição da fala oralizada e das habilidades auditivas⁹ (detecção, discriminação, identificação e compreensão) se desenvolve melhor após a realização da cirurgia nos implantados em um intervalo de médio a longo prazo e com ajuda de sessões de fonoaudiologia e de acompanhamento pedagógico especializado. Segundo Queiroz (*et al*, 2010), “A evolução das habilidades de linguagem pode ser observada para cada mês adicional

⁹ Segundo ERBER, 1982 *apud* DELGADO-PINHEIRO *et al*, 2010.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

de uso do IC após os 12 primeiros meses de uso”. No entanto, o que podemos perceber é que tanto a família, quanto os professores, busca um resultado imediato, o que não ocorre.

Cummins (1996) ao pesquisar a competência numa segunda língua, ressalta a importância da língua materna, não somente como auxiliar, mas extremamente importante para a aquisição dessa competência numa segunda língua (L2), no sentido das habilidades de alfabetização e letramento da criança ou do sujeito em um processo bilíngue. Observamos que a escola regular e a comunidade de pais e professores não especializados, parecem não compreender a importância da Libras para o surdo e, por isso, a ignoram. Ora, essa lógica parte da ideologia da língua dominante, no caso, a língua falada, a portuguesa. Afinal, essa é a língua oficial do nosso país, a qual permeia as sociedades brasileiras, tornando a Libras, que apresenta uma estrutura diferente, estranha.

Metodologia

Acompanhamos cinco casos na instituição especializada Felipe Smaldone em Belém/PA entre os anos de 2011 ao primeiro semestre de 2015: foram três anos de observação direta e um ano e meio de análises de relatórios da instituição. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo, a partir do estudo de caso¹⁰. Segundo Ludke e André (1986):

...O estudo de caso "qualitativo" ou naturalístico encerra um grande potencial para conhecer e compreender melhor os problemas da escola. Ao retratar o cotidiano escolar em toda a sua riqueza, esse tipo de pesquisa oferece elementos preciosos para uma melhor compreensão do papel da escola e suas relações com outras instituições da sociedade (p. 23-24).

Observando na prática: Resultados e discussões

As cinco crianças foram observadas em dois grupos: as três primeiras crianças entre 2011 e 2013, e as outras duas entre 2013 a 2015, atualmente:

Alunos 2011/2013	Idade atual	Id. que fez o IC	Estimulação ¹¹ Essencial	Uso da Libras	Habilidades auditiva	Fala	Desempenho escolar
Vitória	7 a	3 anos	sim	sim	bom	bom	regular
Andréa	7 a	3 anos	sim	sim	bom	bom	bom
Amanda	6 a	3 anos	sim	sim	Desenvolv.	-	Desenvolv.

¹⁰ Essa pesquisa foi submetida e aprovada pelo Conselho de Ética do CFCH/UFRJ sob número 964.283.

¹¹ Atendimento especializado oferecido pelo IFS aos bebês surdos no intuito de aprimorar os resíduos auditivos, assim como o ensino introdutório da Libras.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

2013/2015							
Beatriz	6 a	3 anos	não	não	bom	bom	regular
Bianca	3 a	8 meses	não	não	bom	bom	bom

Os nomes das crianças são fictícios. No primeiro e segundo caso (Vitória e Andréa) as crianças fizeram atendimento desde bebês na instituição especializada, o que chamamos de Estimulação Essencial, aprenderam Libras e implantaram aos três anos. Após o IC as crianças foram encaminhadas também para a escola regular numa rede particular de ensino, permanecendo no IFS no contraturno. Vitória apresentou excelente retorno de linguagem e compreensão ao IC, após 3 anos de IC. Interessante ressaltar que Vitória é filha de pais ouvintes e, após o IC, foi proibida de se comunicar em Libras, tanto pela fonoaudióloga quanto pela família, com a justificativa da Libras atrapalhar o desenvolvimento da oralidade. Sendo uma criança muito ativa, aos 6 anos estava aprendendo a ler e a escrever também.

Porém, sua agitação e a exigência em demasia por parte da família fez com que essa criança tivesse um desempenho regular na escola particular. Desligava o aparelho do IC sempre que a aula não a interessava ou quando se aborrecia com a professora. Com o tempo fomos perceber que a irritação e agitação de Vitória se deu por conta da não compreensão do que a professora falava em sala de aula regular. Após essa conclusão, passamos a atendê-la individualmente, desenvolvendo atividades de leitura e compreensão através de método audiovisual, onde é valorizada a exposição de cartazes e a teatralização. Vitória respondeu satisfatoriamente à proposta tornando-se mais atenta e interessada nas atividades.

Andrea, a segunda criança, frequentou o instituto desde o primeiro ano de vida, também fez Estimulação Essencial, aprendeu Libras, fez o IC aos 3 anos, mas se negava a oralizar, passando a utilizar a Libras. Tentava falar apenas quando era de seu interesse. Com a insistência do ensino em língua portuguesa e dos conteúdos escolares, a junta médica, segundo relatórios da instituição, sugeriu que sua instrução fosse realizada com o apoio da Libras, o que resultou em excelente resultado. Foi a partir daí que a criança aceitou ser alfabetizada e, gradualmente, aceitou a língua portuguesa, ainda que os pais e a fonoaudióloga responsável pela criança, segundo a família, fossem contra sua comunicação em Libras.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Nesses casos, após dois anos de observação percebemos que estas crianças recorriam à Libras sempre que não conseguiam ser compreendidas pelos ouvintes e, em contato com outros surdos também. E a utilizavam muito bem. A nosso ver, a Libras em nada prejudicou a oralidade que se equiparou às crianças da idade delas dentro de dois anos. Podemos registrar que o quesito identificação e compreensão, segundo as habilidades auditivas, teve grande benefício pela aquisição da Libras anteriormente pelas crianças. As crianças que aprenderam Libras antes do IC demonstraram melhor raciocínio lógico do que as crianças que não aprenderam Libras antes do implante. Ao final de 2013 ambas as crianças estavam com sete anos, frequentando a escola regular e em vias de serem alfabetizadas.

O terceiro caso, Amanda, é o de uma criança que implantou aos três anos de idade, passou quase três anos sem dar respostas satisfatórias ao IC. Também fez parte da Estimulação Essencial no instituto. A criança não desenvolveu nenhuma das habilidades auditivas por completo: não conseguia perceber os sons ou discriminá-los, muito menos compreendia os comandos da professora. Durante todos esses anos de acompanhamento, esta criança teve um desenvolvimento muito abaixo do esperado. A criança respondia pouco aos ensinamentos de Libras, parecendo ter outros comprometimentos.

Depois de um ano e meio de observação, em uma de suas consultas avaliativas em São Paulo, onde foi realizado o implante, a junta médica percebeu que o implante havia sido colocado de forma incorreta: o ímã foi fixado de forma que não permitia a fixação adequada do aparelho, fazendo com que esse escorregasse constantemente.

Esse caso foi único nesses anos de observação no instituto. Após outros exames e observações pedagógicas, a junta médica retirou o IC e indicou o ensino da Libras para a criança. Atualmente, a criança está com seis anos, continua na mesma instituição, porém não mais com as crianças implantadas, mas numa sala especializada para surdos, onde está aprendendo Libras e apresentando excelente resultado, inclusive não somente em relação à compreensão de conteúdos escolares, mas nas suas relações com o meio.

O terceiro e quarto caso trata-se de duas crianças surdas, Beatriz e Bianca. Irmãs, filhas de pais surdos, e que fizeram o IC: uma aos 3 anos, atualmente com 6 anos, e outra aos 8 meses, atualmente com 3 anos. Mais uma vez podemos observar o forte preconceito da



família com a surdez de pais e filhas, não somente pelo fato de submeterem as crianças ao IC, mas ao fato de proibir as crianças de usarem a Libras, desconsiderando a surdez dos pais, falantes fluentes de língua de sinais. Inclusive, houve o afastamento entre as crianças e os pais, por motivos particulares, onde a avó materna assumiu a criação das crianças.

Nesse caso, as irmãs com IC têm o desenvolvimento da linguagem proporcional à idade delas, inclusive no quesito compreensão também. Observamos que as crianças têm amplo vocabulário. Beatriz, hoje com 6 anos, já escreve seu prenome sem apoio, está começando a ler, reconta histórias, forma frases complexas, e portanto, encontra-se de acordo com outras crianças de sua idade. Está no 1º ano do ensino fundamental em escola regular.

Bianca, de apenas 3 anos, fala e compreende de acordo com sua idade também. Reconhece seu prenome, monta seu prenome com apoio, conhece as vogais e tem excelente vocabulário. Está no Jardim I em escola regular. Ambas as crianças tiveram pouco contato com outros surdos, inclusive com os pais surdos, portanto, não usam Libras. Beatriz apresentou mudança de comportamento devido estar morando longe dos pais, tornou-se uma criança agressiva e que chora por qualquer motivo. Este comportamento tem trazido problemas ao seu aprendizado. Beatriz tem reclamado que a professora fala rápido demais. Apesar de sentar na primeira fileira, a criança tem relatado dificuldades de compreensão, o que vem ocasionando estresse. Nesse sentido, o IFS tem procurado metodologias adequadas para ajudá-la, como o atendimento direcionado para a compreensão e leitura de forma mais visual.

Os métodos de ensino utilizados pelas professoras do instituto foram minuciosamente estudados pela equipe técnica (pedagógica e de apoio psicossocial) da escola junto com as professoras, inclusive com o apoio das fonoaudiólogas da instituição. Nesse sentido, foram organizadas metodologias específicas para os alunos com IC, visando o desenvolvimento das habilidades auditivas e o preparo para a fala. Não foi utilizado o ensino da Libras, porém, não foi negado o uso da mesma pelas crianças que já a utilizavam como meio de comunicação. Houve apoio psicossocial às famílias e acompanhamento junto às escolas regulares das crianças matriculadas.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Conclusões preliminares

Esses casos mostram que ter um aluno surdo com IC é uma situação diferenciada, onde está em jogo várias questões, como o histórico do desenvolvimento educacional da criança, questões familiares e acompanhamento clínico. Além dessas questões mais voltadas aos alunos, os professores precisam ter um conhecimento mais aprofundado sobre as questões da surdez e do funcionamento do IC. Questões como o preconceito com a surdez por parte da maioria das famílias, assim como a importância da Libras como língua de instrução ainda que essas crianças usem o IC, devem ser observadas, pois se um aluno surdo tem a possibilidade de aprender mais de uma língua esse estará melhor preparado para o mundo (KELMAN, 2010).

O professor precisa ter um apoio maior da escola para atender às demandas das crianças surdas com IC, posto que, entre crianças surdas e crianças surdas que usam IC, as diferenças podem ser sutis, mais existentes e precisam ser trabalhadas para que as expectativas do IC – da possibilidade das sensações auditivas e da fala - sejam alcançadas. É preciso ter em mente que as questões familiares e sua relação com a criança que usa IC fazem a diferença no desenvolvimento educacional desta criança, assim como as metodologias utilizadas em sala de aula e a relação dentro da própria escola diante de outras crianças.

Diante dessa pesquisa podemos dizer que a criança surda que tem acesso a Libras antes do IC tem melhor possibilidade de desenvolvimento cognitivo compatível com a exigência escolar, inclusive responde melhor às habilidades auditivas. E que, nem sempre o IC pode ser considerado a melhor solução para a surdez, onde vários fatores estão envolvidos, assim como metodologias específicas às crianças com IC são necessárias. Por tanto, observa-se também, que quanto mais cedo acontecer o implante e dependendo do estímulo recebido, melhor o resultado em relação ao IC.

Referências

BRASIL, *Decreto 5626/05 de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua brasileira de sinais – Libras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

BRAZOROTTO, J.M. 2008, *Crianças usuárias de implante coclear: desempenho acadêmico, expectativas dos pais e dos professores.* (Tese de Doutorado). São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos.

CARVALHO, G. et al. 2013, *Digisonic SP® Binaural cochlear implant: the coronal tunneled . Approach: Brazilian Journal of Otorhinolaryngology 79 (3) Maio/Junho.* P. 298 – 395. In: <http://www.bjorl.org.br>.

CUMMINS. 1996, *Negotiating identities: Education for empowerment in a diverse society.* Ontário, CA: California Association for Bilingual Education.

DELGADO-PINHEIRO, E.; ANTONIO, F.; BERTI, L. 2010, *Perfil audiológico e habilidades auditivas em crianças e adolescentes com perda auditiva* (Audiology profile and speech perception in children and adolescent with hearing loss). (org.) GEL – Grupo de Estudos Linguísticos - São Paulo, 39 (1): p.1-432, mai.-ago.

FORNAZARI, B. 2008, *Habilidades auditivas e conteúdos curriculares- Processo simultâneo no indivíduo com implante coclear.* In: O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. Secretaria do Estado de Educação do Paraná. V. On-line ISBN 978-85-8015-039-1 Cadernos PDE. Vol. I.

KELMAN, C. 2010, *Dilemas sobre o implante coclear: Implicações linguísticas e pedagógicas.* Informativo Técnico-Científico Espaço, INES - Rio de Janeiro, n.º 33, p.2, Jan-Jun.

_____. 2011, *Significação e aprendizagem do aluno surdo.* In: MARTINEZ, A.M. e TACCA, M.C.V.R. (orgs). Possibilidades de aprendizagem: Ações pedagógicas para alunos com dificuldade e deficiência. Campinas, SP.

_____, 2014, *Narrativas de profissionais que lidam com crianças surdas na inclusão escolar.* Linhas Críticas, Brasília, DF. Vol. 20, n. 42, p. 307-324, maio-agosto.

LACERDA, C. e SANTOS, L. (org.). 2013, *Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos.* São Carlos: EDUFSCar, 254 p.

LASMAR; SELIGMAN, 2004, LASMAR, A.; SELIGMAN, J. *A história da otorrinolaringologia brasileira.* Rio de Janeiro: Revinter.



LUDKE, M. & ANDRÉ, M. 1986, *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 99p.

REZENDE, P.L.F. 2010, *Implante coclear na constituição dos sujeitos surdos*. [tese de doutorado]. Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, M. & NAVEGANTES, E. 2013, *Atendimento educacional especializado (AEE) para crianças usuárias de implante coclear (IC): uma experiência do Instituto Felipe Smaldone-Belém-PA*. Comunicação oral apresentada no II Seminário de Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão, intitulado *Práticas Inclusivas: Diálogos e Experiências no Contexto Amazônico*. Belém-Pará, Set. 13 p.

SVARTHOLM, Kristina. 1999, *Bilinguismo dos surdos*. In: SKLIAR, Carlos (Org.). *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. 2. v. Porto Alegre: Mediação, p. 15-24.